

## ● JUSTIÇA

# Resolver conflitos fora do tribunal? Bom mas não sempre

MIGUEL FERNANDES LUÍS  
mfluis@dnovicias.pt

Os meios alternativos de resolução de conflitos normalmente são mais rápidos, mais baratos, mais eficazes e mais cómodos. Mas não são a solução para todo o tipo de litígios. Por vezes criam problemas ainda maiores às partes envolvidas e não se substituem à justiça, que é feita nos tribunais. Esta é uma conclusão possível da sessão de abertura do IV Encontro de Mediação Familiar da Madeira, iniciativa que ontem teve início no Museu da Electricidade Casa da Luz e que prossegue hoje.

Depois de escutar três intervenções que enalteciam as virtudes da mediação e até dos julgados de paz e dos centros de arbitragem, como foi o caso subdirector da Direcção-Geral da Política da Justiça (ver destaque), o presidente da Comarca da Madeira, Paulo Barreto, desafiou do coro e alertou para os perigos da actual tendência do Ministério da Justiça de retirar competências dos tribunais e transferi-las para entidades privadas. Na avaliação do juiz, esse “é um caminho perigoso”, que até coloca em causa direitos fundamentais dos cidadãos como o direito à habitação e ao emprego. Para ilustrar a sua tese, apresentou “dois grandes exemplos de desjudicialização que correram muito mal”: a reforma das execuções, com “a criação da figura do agente de execução que hoje está em completa rédea solta na penhora e venda dos bens dos cidadãos e empresas”; e a passagem dos inventários de bens para a esfera dos notários, que agora ficam “parados” porque estes profissionais não têm a necessária cultura de decisão.

Paulo Barreto mostrou-se também muito reticente quanto aos tribunais arbitrais (privados) e sublinhou que a justiça faz-se nos tribunais. Contudo, reconheceu “as virtudes da mediação familiar”, sobretudo na regulação das responsabilidades parentais. A esse respeito, reconheceu que, até há pouco tempo, “os tribunais da Madeira estavam a recorrer pouco à mediação” mas que a tendência é para o encaminhamento de mais situações de pré-conflito para tais espaços de diálogo.



Paulo Barreto alertou para os problemas que surgiram com a retirada das execuções e inventários dos tribunais.

A presidente da delegação do Funchal do Instituto Português de Mediação Familiar, Luísa Santos, disse, por seu lado, que a procura dos serviços de mediação familiar na Região “ainda é pouca”, mas “vai acontecendo”, tendo indicado que, no ano passado, 20 famílias recorreram a esta instituição.

Já a presidente do Instituto Português de Mediação Familiar,

## VANTAGENS DA MEDIACÃO FAMILIAR RECONHECIDAS POR TODOS OS INTERVENIENTES

Maria Saldanha, recordou como, em 2005, “em boa hora”, decidiu realizar o primeiro curso de mediação na Madeira e há dez anos criou uma delegação da instituição no Funchal. A dirigente confessou que ficou “admirada com a qualidade” dos formandos madeirenses e mostrou-se convicta de que a “mediação é uma profissão de futuro”, pois é o que se verifica noutros países.

SUB-DIRECTOR DA DIRECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

## “As pessoas saem satisfeitas e sentem-se pacificadas”

O sub-director da Direcção-Geral da Administração da Justiça, Renato Gonçalves, fez ontem, no Funchal, um balanço claramente positivo da actividade dos meios alternativos de resolução de conflitos e garantiu que este é o “bom caminho” na área da justiça.

O responsável do Ministério da Justiça baseou a sua avaliação nos resultados dos inquéritos de satisfação das pessoas que recor-

reram a meios alternativos (mediação, julgados de paz e centros arbitrais), os quais “são no mínimo impressionantes e superam em muito as expectativas” que dirigentes desta área governamental tinham acerca do grau de satisfação dos utentes. Renato Gonçalves descreveu que o Ministério da Justiça já dispõe dos resultados do inquérito referente a 2016, os quais serão divulgados em breve. Contudo, ga-



rantiu que a satisfação dos utilizadores destes meios alternativos de litígios aumentou no ano passado, tendência que já é observada desde 2013. “Os resultados do inquérito já em quatro anos sucessivos demonstram que estamos no bom caminho. Este é o caminho para se resolverem melhor os litígios porque as pessoas saem satisfeitas com a solução dos seus problemas e sentem-se pacificadas”, rematou.

MEDIADOR DE BAIRRO  
PARA BRIGAS DE VIZINHOS



■ O Governo Regional vai implementar a figura do mediador de bairro para a resolução de conflitos de vizinhança, anunciou ontem a secretária da Inclusão e dos Assuntos Sociais, Rubina Leal.

“Vamos avançar com formação às técnicas do Instituto de Habitação e vamos, ainda durante este semestre, introduzir a figura do mediador de bairro”, anunciou.

Para Rubina Leal, esta mediação poderá contribuir para um melhor ambiente comunitário nos bairros sociais. “A justiça faz-se nos tribunais, mas as questões que têm a ver com a relação interpessoal pode fazer-se em espaços e com especialistas adequados”, defendeu.

A secretária da Inclusão e dos Assuntos Sociais revelou que outro projecto que avança este ano será a criação de um espaço de apoio às famílias na Segurança Social. Será um espaço onde as famílias podem encontrar ajuda para mediar alguns conflitos. De resto, recordou que a Região já tem algumas experiências de mediação, como o centro de arbitragem de conflitos de consumo ou o Instituto de Mediação Familiar.